



CONSULTOR LEGISLATIVO ASSESSORAMENTO EM ORÇAMENTOS

Tipo 1 - BRANCO



SUA PROVA

Além deste caderno de provas, contendo oitenta questões objetivas e duas questões discursivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- uma folha de texto definitivo para a transcrição da prova discursiva



TEMPO

- **6 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva.
- **4 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova.
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de prova**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas
- Boa sorte!

Língua Portuguesa

Texto 1.

DESEJO DE CONHECER

“É natural no ser humano o desejo de conhecer.” Quando li pela primeira vez essa sentença inicial da *Metafísica* de Aristóteles, mais de quarenta anos atrás, ela me pareceu um grosso exagero. Afinal, por toda parte onde olhasse – na escola, em família, nas ruas, em clubes ou igrejas – eu me via cercado de pessoas que não queriam conhecer coisíssima alguma, que estavam perfeitamente satisfeitas com suas ideias toscas sobre todos os assuntos, e que julgavam um acinte a mera sugestão de que, se soubessem um pouco mais a respeito, suas opiniões seriam melhores.

Precisei viajar um bocado pelo mundo para me dar conta de que Aristóteles se referia à natureza humana em geral, e não à cabeça dos brasileiros. De fato, o traço mais conspícuo da mente dos nossos compatriotas era o desprezo humano pelo conhecimento, acompanhado de um neurótico temor reverencial aos seus símbolos exteriores: diplomas, cargos, espaço na mídia. (fragmento adaptado)

Olavo de Carvalho, *Diário do Comércio*, 10/01/2011.

1

Um texto mostra sempre ferramentas gráficas que organizam a apresentação do seu conteúdo.

Assinale a opção em que a utilidade de uma dessas ferramentas é indicada de forma inadequada.

- (A) Utilização de letras maiúsculas em DESEJO DE CONHECER: marcação de algo a que o leitor deve dar atenção.
- (B) Emprego de itálico em *Metafísica*: indicação do título de uma obra.
- (C) Uso de travessões no primeiro parágrafo: sinalização do acréscimo de uma explicitação de um termo anterior.
- (D) Utilização de aspas na primeira frase do texto: indicação de uma citação de autoria alheia.
- (E) Divisão em parágrafos: marcação de mudança de foco sobre o tema tratado.

2

“É natural no ser humano o desejo de conhecer.”

As opções a seguir apresentam justificativas para a presença dessas palavras de Aristóteles no início do texto 1, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Trazem autoridade ao tema tratado.
- (B) Marcam positivamente o nível cultural do texto.
- (C) Situam a discussão do texto no plano intelectual.
- (D) Introduzem um tema a ser desenvolvido no corpo do texto.
- (E) Aportam uma opinião que é contraditada pelo autor do texto.

3

Os argumentos apresentados pelo autor do texto se apoiam

- (A) nos textos da cultura clássica.
- (B) na própria experiência de vida.
- (C) nas narrativas exemplificadoras.
- (D) nos estudos filosóficos por ele realizados.
- (E) nos depoimentos de autoridades no assunto.

4

A frase de Aristóteles está em ordem sintática inversa. Assinale a opção que apresenta essa mesma frase na ordem direta.

- (A) No ser humano, o desejo de conhecer é natural.
- (B) O desejo de conhecer, no ser humano, é natural.
- (C) É natural o desejo de conhecer no ser humano.
- (D) O desejo de conhecer é natural no ser humano.
- (E) O desejo de conhecer é, no ser humano, natural.

5

Sobre o conteúdo da frase de Aristóteles, no texto, assinale a afirmativa correta.

- (A) É contrariado pela visão do autor sobre o brasileiro.
- (B) É mal expresso e traz problemas de entendimento.
- (C) É portador de uma visão exagerada do filósofo.
- (D) É veículo de uma visão negativa sobre o ser humano.
- (E) É confirmado pela experiência do autor com os brasileiros.

6

“Quando li pela primeira vez essa sentença inicial da *Metafísica* de Aristóteles, mais de quarenta anos atrás, ela me pareceu um grosso exagero.”

Essa opinião do autor do texto foi

- (A) originada no seu entendimento equivocado da frase.
- (B) apoiada na sua visão sobre o povo brasileiro.
- (C) confirmada, inclusive, por sua experiência familiar.
- (D) criada a partir de uma visão universal do Homem.
- (E) negada por suas vivências de viagens.

7

Leia o fragmento a seguir.

“Afinal, por toda parte onde olhasse – na escola, em família, nas ruas, em clubes ou igrejas – eu me via cercado de pessoas que não queriam conhecer coisíssima alguma...”

Em relação ao segmento anterior do texto, esse fragmento tem valor de

- (A) consequência.
- (B) localização espacial.
- (C) explicação.
- (D) conclusão.
- (E) localização temporal.

8

“Afinal, por toda parte onde olhasse – na escola, em família, nas ruas, em clubes ou igrejas – eu me via cercado de pessoas que não queriam conhecer coisíssima alguma...”

Nesse segmento do texto, o termo sublinhado tem uma formação muito especial, pois

- (A) forma um superlativo de um adjetivo.
- (B) cria um advérbio a partir de um nome.
- (C) acrescenta o sufixo -íssimo a um substantivo.
- (D) inventa uma palavra não dicionarizada.
- (E) traz como palavra primitiva um vocábulo sem significado.

9

“- na escola, em família, nas ruas, em clubes ou igrejas –”; nesse segmento do texto, assinale a opção que apresenta o termo que destoa dos demais por não fazer parte do mesmo campo semântico.

- (A) na escola.
- (B) em família.
- (C) nas ruas.
- (D) em clubes.
- (E) (em) igrejas.

10

“... eu me via cercado de pessoas que não queriam conhecer coisíssima alguma, que estavam perfeitamente satisfeitas com suas ideias toscas sobre todos os assuntos, e que julgavam um acinte a mera sugestão de que soubessem um pouco mais a respeito suas opiniões seriam melhores.”

Sobre os componentes desse segmento do texto, assinale a afirmativa correta.

- (A) “ideias toscas” mostra uma boa consideração intelectual sobre os brasileiros em geral.
- (B) “sobre todos os assuntos” indica uma boa cultura geral de nosso povo.
- (C) “julgavam um acinte” supõe uma receptividade positiva da opinião alheia.
- (D) “a mera sugestão” aponta um caráter de simplicidade sobre a intervenção do autor na vida alheia.
- (E) “a respeito” é um termo que deveria ser seguido por “de Aristóteles”.

11

“Precisei viajar um bocado pelo mundo para me dar conta de que Aristóteles se referia à natureza humana em geral, e não à cabeça dos brasileiros.”

Essa afirmação do texto traz implícita a informação objetiva de que

- (A) as viagens nos fazem considerar melhor nosso patrimônio cultural.
- (B) nem sempre Aristóteles tem razão.
- (C) os brasileiros são semelhantes a outros povos.
- (D) a cultura brasileira se apoia em valores distintos.
- (E) outros povos valorizam mais a cultura.

12

“De fato, o traço mais conspícuo da mente dos nossos compatriotas...”

O vocábulo “conspícuo” mostra, no texto, o significado de

- (A) desprezível.
- (B) interessante.
- (C) importante.
- (D) característico.
- (E) digno.

Raciocínio Lógico

13

Em direção à escola caminhavam 1 professor e 6 alunos. Cada aluno carregava 6 estojos e, em cada estojo havia 6 lápis.

No total, quantas pessoas, estojos e lápis há nessa história?

- (A) 216.
- (B) 252.
- (C) 258.
- (D) 259.
- (E) 264.

14

Considere a afirmação:

“Se um animal não tem dentes então não morde.”

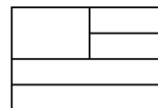
Uma afirmação logicamente equivalente é

- (A) “Se um animal tem dentes então morde.”
- (B) “Se um animal não morde então não tem dentes.”
- (C) “Se um animal morde então tem dentes.”
- (D) “Existe um animal que não tem dentes e morde.”
- (E) “Um animal não tem dentes ou morde.”

15

Manoel possui tintas de 5 cores diferentes e deve pintar a bandeira abaixo de forma que:

- cada região será pintada com uma única cor.
- duas regiões vizinhas não podem ter a mesma cor.



O número de maneiras diferentes que Manoel pode pintar essa bandeira é

- (A) 120.
- (B) 180.
- (C) 240.
- (D) 360.
- (E) 720.

16

Tiago passou vários dias seguidos trabalhando em Cacoal e observou que, quando chovia pela manhã não chovia à tarde, e quando chovia à tarde não havia chovido pela manhã.

Tiago anotou 21 manhãs sem chuva, 19 tardes sem chuva e 24 dias com chuva.

O número de dias que Tiago ficou em Cacoal foi

- (A) 32.
- (B) 38.
- (C) 42.
- (D) 56.
- (E) 64.

Legislação Específica

17

Mário Sérgio, com 76 anos, foi nomeado para o cargo em comissão de assessor parlamentar. Neste caso,

- (A) É ilícita tal nomeação, por afrontar o dispositivo constitucional que determina a aposentadoria compulsória do servidor aos 70 ou 75 anos.
- (B) É inconstitucional tal nomeação, já que contraria o disposto no Art. 40, inciso II, § 1º, da CRFB/88, que estabelece a aposentadoria compulsória aos 70 ou 75 anos.
- (C) É válida a nomeação, por se tratar de cargo em comissão, de livre nomeação, não se sujeitando ao limite de idade referido no Art. 40, inciso II, § 1º, da CRFB/88.
- (D) É válida a nomeação por se tratar de cargo em comissão, não existindo qualquer limitação imposta à autoridade pública com poderes para fazer a indicação.
- (E) É inválida a nomeação, visto que fere os princípios constitucionais da moralidade e impessoalidade.

18

A Lei Ordinária do Município Delta, que regulou o Instituto da Previdência Municipal, estabeleceu, em seu Art. 22, que os cargos para a diretoria administrativa do Instituto, para os quais não há outra exigência que não aquela de nível superior, seriam preenchidos por pessoas indicadas pelo Prefeito.

Sobre essa Lei, assinale a afirmativa correta.

- (A) Ela padece do vício de inconstitucionalidade, por ofensa ao princípio do concurso público.
- (B) Ela é válida, desde que estabeleça critérios de capacidade física, moral e intelectual para o preenchimento desses cargos.
- (C) Ela padece do vício de incompetência, já que a fixação de cargo de direção deve ser efetivada via decreto.
- (D) Ela é válida e eficaz por se tratar de cargo de confiança, pelo que cabe ao Prefeito a nomeação.
- (E) Ela é lei válida e eficaz, desde que fique comprovado que se trata de emprego e não cargo público.

19

Priscila de Souza prestou concurso para o cargo público de agente de fiscalização de transportes. O edital referia a existência de duas vagas e ela foi aprovada na 3ª colocação. Ocorre que, ainda durante o prazo do certame, os dois primeiros colocados desistiram do concurso, por meio de termo expresso lavrado em cartório.

Priscila pretende ser nomeada para o cargo, que permanece aberto na estrutura administrativa, mas a Administração Pública se opõe, registrando que grande parte das funções previstas para o cargo de agente de fiscalização foi transferida para a Agência de Regulação dos Serviços Públicos, que faz parte da mesma estrutura administrativa, não havendo mais interesse público no preenchimento do cargo.

Sobre a hipótese narrada, assinale a afirmativa correta.

- (A) A Administração Pública tem o dever de perseguir o interesse público, pelo que Priscila não tem direito à nomeação.
- (B) A Administração Pública tem o poder discricionário de efetivar ou não a nomeação. Entretanto, se esta ocorrer, deve obedecer à ordem de aprovação no certame.
- (C) Priscila tem mera expectativa de direito à nomeação, visto que não foi aprovada dentro do número de vagas.
- (D) Priscila tem direito subjetivo a ser nomeada, ante a desistência dos dois primeiros colocados, estando vigente o prazo do certame, obedecida a ordem de classificação.
- (E) Como houve o remanejamento das principais funções de agente de fiscalização de transportes, não há mais direito à nomeação.

20

Leia o fragmento a seguir.

É a força de trabalho qualitativa e quantitativa necessária ao desenvolvimento das atividades de cada Poder, Órgão ou Entidade.

O fragmento trata

- (A) do exercício funcional.
- (B) da lotação.
- (C) do estágio probatório.
- (D) da reversão.
- (E) da nomeação.

21

Relacione os elementos do plano de carreira, cargos e atribuições, listados a seguir, às suas respectivas definições.

1. Grupo Ocupacional
 2. Desenvolvimento Funcional
 3. Cargo Público
 4. Classe
- () Conjunto de atividades agrupadas segundo sua natureza, de acordo com a formação, grau de conhecimentos e qualificações exigidas do profissional para a execução das atividades a ele cometidas.
- () Item essencial da estrutura da carreira e da tabela de vencimentos básicos na qual estão agrupados os servidores, com atribuições, níveis de conhecimento e grau de responsabilidades similares.
- () Conjunto de atribuições e responsabilidades de natureza e complexidade homogêneas cometidas ao servidor público.
- () Processo de crescimento profissional e pessoal do servidor, caracterizado pela aquisição de novos conhecimentos, habilidades e atitudes, e consequente aprimoramento no desempenho nas atribuições do cargo.

Assinale a opção que mostra a relação correta, segundo a ordem apresentada.

- (A) 2, 4, 3 e 1.
 (B) 4, 3, 2 e 1.
 (C) 3, 2, 1 e 4.
 (D) 1, 3, 4 e 2.
 (E) 1, 4, 3 e 2.

22

Analise as afirmativas a seguir, e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A fixação dos níveis de remuneração dos cargos de provimento em comissão de livre nomeação de Assessor e Assistente Parlamentar será efetuada através de lei.
- () Dentro de sua cota de gabinete, o Deputado tem direito de nomeação de até 40 servidores, respeitado o piso do salário mínimo nacional.
- () As formas de provimento dos cargos em comissão de livre nomeação e exoneração da Assembleia Legislativa são: o recrutamento restrito aos servidores efetivos e o recrutamento amplo.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – V.
 (B) F – F – V.
 (C) V – F – V.
 (D) V – F – F.
 (E) V – V – F.

História e Geografia de Rondônia

23

Assinale a afirmativa que indica corretamente fatores preponderantes para o domínio português na região amazônica no período colonial.

- (A) Fundação de fortificações, como o Forte do Presépio, na foz do rio Amazonas.
- (B) Organização de expedições pela região do Alto Madeira, com destino a Quito, como a de Manuel Félix de Lima.
- (C) Criação de missões jesuítas em Cabo do Norte e Marajó e franciscanas ao longo dos Rios Xingu e Madeira.
- (D) Incentivo à manufatura de produtos derivados das drogas do sertão, como o cacau, a salsaparrilha e o urucum.
- (E) Formação de bandeiras, como a de Antônio Raposo Tavares, que explorou a navegabilidade do rio Guaporé.

24



Considere o mapa e analise as afirmativas sobre a colonização do vale do Guaporé, no século XVIII.

- I. As missões de Mojos e Chiquitos foram estabelecidas a leste do vice-reino do Peru, entre os muitos grupos indígenas que ali viviam e eram perseguidos, desde o século XVI, por espanhóis em busca do *El Dorado*, ou que, com esse pretexto, capturavam índios para o serviço pessoal.
- II. A Capitania de Mato Grosso confinava com os domínios espanhóis e foi criada pela Coroa portuguesa para fortalecer a presença lusa naquela parcela do sertão a qual, acreditava-se, guardava as nascentes dos rios que davam acesso ao norte e ao sul da colônia.
- III. O forte Príncipe da Beira foi instalado na fronteira com as missões de Chiquitos, na margem ocidental do vale do rio Paraguai, para garantir o controle português sobre as vias de acesso às recém descobertas minas de Cuiabá.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
 (B) I e II, apenas.
 (C) I e III, apenas.
 (D) II e III, apenas.
 (E) I, II e III.

25

A demanda da borracha nos países industrializados desencadeou o primeiro Ciclo da Borracha, entre 1877 e 1912.

Sobre a expansão da produção gomífera nesse período, assinale a afirmativa correta.

- (A) O deslocamento de grande contingente de mão de obra para sua exploração, sobretudo indígenas, por estarem mais aptos para a extração do látex.
- (B) O enriquecimento e as transformações urbanas de Porto Velho, Manaus e Belém, principais portos de exportação do látex para a Europa, a Ásia e os Estados Unidos.
- (C) A incorporação de novas áreas de exploração e a ocupação de parte do território da Bolívia por brasileiros, tensionando a relação entre os dois países.
- (D) O desenvolvimento do sistema de aviação, que financiava a compra de terras e de equipamentos para a produção e a exportação da borracha para os seringalistas.
- (E) A introdução da monocultura da seringueira, facilitada pela fertilidade do solo e pela abertura de clareiras na floresta, garantindo ao Brasil o monopólio da produção gomífera.

26

A gênese do atual estado de Rondônia remonta ao contexto político e social da primeira metade do século XX, quando foram pensados os processos de integração territorial para "formar o Brasil", como expressa Getúlio Vargas em seu *Discurso do Rio Amazonas* (1940).

Até agora o clima caluniado impediu que de outras regiões com excesso demográfico viessem os contingentes humanos de que carece a Amazônia. Vulgarizou-se a noção, hoje desautorizada, de que as terras equatoriais são impróprias à civilização (...). Da colonização esparsa, ao sabor de interesses eventuais, consumidora de energias com escasso aproveitamento, devemos passar à concentração e fixação do potencial humano.

Apud <https://biblioteca.ibge.gov.br>

A respeito do posicionamento de Vargas expresso no discurso, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- () Vargas nega o determinismo natural e associa o subdesenvolvimento da Amazônia à baixa densidade demográfica ocasionada pela matança histórica dos indígenas.
- () Vargas denuncia o descaso histórico com relação aos espaços vazios da região amazônica, a ser superado por uma política de integração, promovida pelo Estado Novo.
- () Vargas propõe a recuperação da Amazônia como espaço estratégico para o desenvolvimento da nação e para a manutenção das fronteiras internacionais.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V - V - F.
- (B) V - F - V.
- (C) F - F - V.
- (D) V - F - F.
- (E) F - V - V.

27

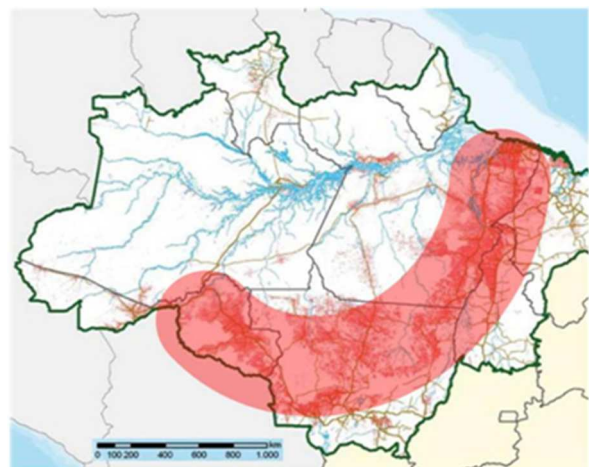
Leia o texto a seguir.

Esse tratado foi promovido no contexto da Guerra do Paraguai, quando o Brasil, em função do quadro de conflito, precisava se aproximar da Bolívia, e o fez por intermédio do acordo diplomático também conhecido como "Tratado da Amizade". Pelo acordo, a Bolívia concedia ao Império Brasileiro um vasto território que percorria a margem esquerda do rio Madeira, até então de soberania boliviana.

O texto refere-se ao Tratado de

- (A) Madri.
- (B) Santo Idelfonso.
- (C) Petrópolis.
- (D) Ayacucho.
- (E) El Pardo.

28



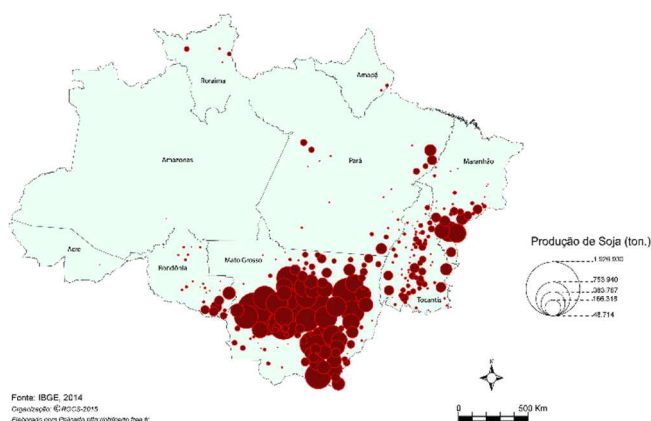
Considere a imagem e analise as afirmações a respeito do impacto ambiental do "Arco do Desmatamento" em Rondônia.

- I. A savanização da floresta na Amazônia Meridional é um processo associado à expansão da fronteira agropastoril e das pastagens, o que afeta o regime de chuvas na Amazônia e até mesmo na região Centro-Oeste.
- II. A floresta Amazônica é importante no ciclo do carbono, por possuir um enorme estoque deste elemento em sua biomassa e no solo, o qual está sendo transferido para a atmosfera pela conversão de florestas para outros empreendimentos.
- III. A falta de chuvas e a ocorrência de queimadas e incêndios florestais deterioram a qualidade do ar e aumentam a ocorrência de infecções respiratórias na população.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

29



Sobre o avanço da produção de soja em Rondônia, nas últimas décadas, assinale a afirmativa correta.

- (A) Tem sido conduzido estrategicamente pela intervenção estatal, a qual organiza a ocupação de terras e a migração regional.
- (B) Caracterizou-se por uma atividade extensiva e de pouca tecnologia, praticada em terras parceladas em pequenas, médias e grandes propriedades.
- (C) Incorporou métodos tradicionais de combate aos agentes patogênicos ao processo produtivo, em consonância com os padrões de sustentabilidade.
- (D) Consolidou o setor de grãos, principalmente em associação com as cadeias produtivas da carne, verticalizando a produção agropecuária.
- (E) Territorializou-se em áreas tradicionalmente destinadas ao extrativismo madeireiro e de minérios, atualmente deslocados para outros Estados da Amazônia.

30

A construção das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, iniciada em 2008, alavancou o potencial energético da Amazônia sul ocidental Rondoniense, mas, ao mesmo tempo, gerou grandes impactos socioambientais.

A respeito desse empreendimento, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- () Sua construção no rio Madeira faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal.
- () Sua instalação atende ao crescimento da demanda energética interna à região Amazônica.
- () Suas obras enraizaram trabalhadores capacitados de outras regiões em Rondônia, sobretudo do Sudeste.
- () Seus impactos se somam aos conflitos já existentes, relacionados às áreas de preservação e às atividades do setor agropecuário e madeireiro.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V - V - F - F.
- (B) V - F - F - V.
- (C) F - V - F - V.
- (D) F - F - V - V.
- (E) V - V - V - F.

Direito Constitucional e Direito Administrativo

31

O diretório nacional do Partido Político Alfa, que somente contava com representantes na Câmara dos Deputados, não no Senado Federal, foi comunicado, por um diretório regional que a Lei nº 123, do Município Alfa, em vigor há quatro décadas, estava sendo aplicada e causando sérios prejuízos à liberdade de locomoção dos munícipes.

Por tal razão, solicitou que o seu advogado esclarecesse se existiria algum instrumento apto a submetê-la ao controle concentrado de constitucionalidade.

O advogado respondeu, corretamente, que a constitucionalidade da Lei nº 123 poderia ser submetida à apreciação do

- (A) Supremo Tribunal Federal, via recurso extraordinário, após o esgotamento das instâncias ordinárias.
- (B) Supremo Tribunal Federal, via arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- (C) Tribunal de Justiça, via representação de inconstitucionalidade.
- (D) Supremo Tribunal Federal, via ação direta de inconstitucionalidade.
- (E) Supremo Tribunal Federal, via reclamação constitucional.

32

José, deputado estadual, solicitou que sua assessoria analisasse a possibilidade de ser editada norma estadual fixando, como limite remuneratório único, em todas as estruturas estatais de poder do Estado e dos respectivos municípios, o subsídio dos desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, regra que não se aplicaria apenas aos subsídios dos deputados estaduais e dos vereadores.

A assessoria respondeu, corretamente, que o Estado

- (A) não tem competência para legislar sobre a matéria.
- (B) poderia dispor sobre a matéria a partir de emenda à sua Constituição.
- (C) somente poderia dispor sobre a matéria em relação aos agentes estaduais, não aos municipais.
- (D) poderia dispor sobre a matéria em lei complementar de iniciativa privativa do governador do Estado.
- (E) poderia dispor sobre a matéria a partir de lei de iniciativa conjunta de todos os poderes e instituições autônomas.

33

Sensibilizado com as dificuldades enfrentadas pelos servidores públicos vinculados ao Poder Executivo, um grupo de parlamentares apresentou projeto de lei criando uma gratificação de produtividade para os servidores.

O projeto foi aprovado pela Assembleia Legislativa e sancionado pelo Governador do Estado, dando origem à Lei nº 456.

À luz das normas constitucionais afetas ao processo legislativo e do princípio da simetria, é correto afirmar que a Lei nº 456 é

- (A) constitucional, pois a lei é o local adequado à disciplina da matéria e não ocorreu qualquer vício no processo legislativo.
- (B) inconstitucional, em razão do vício de iniciativa, pois a matéria é de iniciativa privativa do Governador do Estado.
- (C) constitucional, pois, apesar de a matéria ser de iniciativa privativa do Governador, a sanção supriu o vício.
- (D) inconstitucional, pois a matéria deveria ter sido disciplinada pela Constituição do Estado.
- (E) inconstitucional, pois a matéria deveria ter sido disciplinada em lei complementar.

34

Analisar a afirmação a seguir.

O Estado é civilmente responsável pelos danos que seus agentes, nessa condição, causarem à vítima, ainda que haja culpa exclusiva desta última.

Considerando a responsabilidade civil do Estado, a afirmativa acima descreve a teoria

- (A) da responsabilidade subjetiva.
- (B) do risco administrativo.
- (C) da falta do serviço.
- (D) do risco integral.
- (E) do risco social.

35

João, estudante de direito, após concluir suas pesquisas sobre licitação dispensada, dispensável e inexigível, concluiu que:

- I. nas situações de licitação dispensada, a lei expressamente afasta a realização da licitação, ainda que a competição seja possível;
- II. na licitação dispensável, a competição é possível, mas a lei permite que o administrador, apenas em razão do baixo valor da contratação, deixe de realizá-la; e
- III. na licitação inexigível, apesar de a competição ser possível, a licitação será muito onerosa para o Poder Público.

Sobre as conclusões de João, à luz da sistemática estabelecida na ordem jurídica, em especial na Lei nº 8.666/93, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, somente.
- (C) II e III, somente.
- (D) I, somente.
- (E) III, somente.

36

O Estado Alfa ajuizou ação civil por ato de improbidade administrativa em face de Pedro, dirigente de uma organização social (OS) que celebrara contrato de gestão com a Secretaria de Estado de Saúde, visando à administração de duas unidades hospitalares.

Após a finalização do contrato de gestão constatou-se que parte dos recursos foi entregue, por Pedro, a familiares que se encontravam em dificuldade financeira, os quais achavam que os recursos tinham origem na remuneração de Pedro.

Sobre o caso apresentado, considerando a disciplina estabelecida pela Lei nº 8.429/92, assinale a afirmativa correta.

- (A) Pedro e seus familiares não podem ser responsabilizados por ato de improbidade administrativa, pois a OS não integra a Administração Pública.
- (B) Pedro, juntamente com seus familiares, pode ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa que importa em dano ao patrimônio público.
- (C) Pedro, juntamente com seus familiares, pode ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito.
- (D) Pedro pode ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa que importa em dano ao patrimônio público, não seus familiares.
- (E) Pedro pode ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito, não seus familiares.

Direito Tributário

37

ABC Calçados Ltda. - EPP, optante pelo regime de tributação do Simples Nacional, está inadimplente com o pagamento de seus tributos por essa sistemática. Em razão disso, o Estado ABC pretende inscrever em dívida ativa estadual e cobrar judicialmente a parcela do Simples referente ao ICMS devido pela empresa.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- (A) Tais créditos tributários de ICMS oriundos do regime do Simples Nacional, somente podem ser apurados e inscritos em dívida ativa da União.
- (B) Tais créditos tributários de ICMS oriundos do regime do Simples Nacional, mesmo quando inscritos em dívida ativa estadual, somente podem ser cobrados judicialmente pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
- (C) Tais créditos tributários de ICMS oriundos do regime do Simples Nacional, somente poderão ser inscritos em dívida ativa estadual quando a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional delegar tal atribuição ao Estado ABC, mediante convênio.
- (D) tais créditos tributários de ICMS oriundos do regime do Simples Nacional, somente poderão ser cobrados judicialmente pela procuradoria estadual, independentemente de sua inscrição em dívida ativa estadual ou dívida ativa da União.
- (E) tais créditos tributários de ICMS oriundos do regime do Simples Nacional, somente poderão ser cobrados judicialmente pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional quando esta receber delegação de tal atribuição pelo Estado ABC, mediante convênio.

38

Maria dos Santos, domiciliada em Porto Velho (RO), adquire, em julho de 2018, uma televisão, para uso próprio, de uma loja eletrônica sediada em São Paulo, que enviará a mercadoria desta cidade para a consumidora em Porto Velho.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- (A) Deve ser aplicada a alíquota interna do Estado de origem (SP), cabendo a esse Estado todo o valor recolhido de ICMS na operação.
- (B) Deve ser aplicada a alíquota interna do Estado destinatário (RO), cabendo a esse Estado todo o valor recolhido de ICMS na operação.
- (C) Deve ser aplicada a alíquota interestadual, cabendo ao Estado destinatário (RO) todo o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna do Estado destinatário e a alíquota interestadual.
- (D) Deve ser aplicada a alíquota interestadual, cabendo ao Estado destinatário (RO) metade do valor recolhido de ICMS na operação, e a outra metade ao Estado de origem (SP).
- (E) Deve ser aplicada a alíquota interestadual, cabendo ao Estado destinatário (RO) 80% do imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna do Estado destinatário e a alíquota interestadual, e os outros 20% ao Estado de origem (SP).

39

Um parlamentar do Estado ABC deseja alterar a alíquota interestadual de ICMS que afeta o seu Estado. Para tanto, necessita saber qual o instrumento normativo e de quem será a iniciativa para essa finalidade.

Acerca desse tema, para alterar a alíquota interestadual de ICMS, será necessária (o)

- (A) uma emenda constitucional de iniciativa do Presidente da República ou de um membro do Senado Federal.
- (B) uma lei ordinária de iniciativa do Presidente da República.
- (C) uma lei complementar de iniciativa do Presidente da República.
- (D) uma Resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores.
- (E) um decreto legislativo do Congresso Nacional, de iniciativa de qualquer parlamentar.

40

Uma plataforma de petróleo localizada no Estado ABC destina o petróleo nela produzido ao Estado DEF, em que se localiza uma refinaria.

Acerca do ICMS incidente sobre essa operação, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Estado ABC não poderá tributar essa operação.
- (B) Tanto o Estado ABC como o Estado DEF poderão tributar essa operação.
- (C) Nem o Estado ABC nem o Estado DEF poderão tributar essa operação.
- (D) Somente o Estado ABC poderá tributar essa operação, mas o valor cobrado deverá ser partilhado com o Estado DEF.
- (E) Somente o Estado DEF poderá tributar essa operação, mas o valor cobrado deverá ser partilhado com o Estado ABC.

41

Após esgotado o prazo para pagamento de um determinado tributo, o contribuinte José da Silva mesmo assim resolveu quitá-lo.

Acerca do instituto da denúncia espontânea, à luz do Código Tributário Nacional, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionados com a infração.
- () A denúncia espontânea exclui a aplicação de multa.
- () A denúncia espontânea exclui a incidência de juros de mora.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – V – F.
- (C) F – V – V.
- (D) F – V – F.
- (E) V – F – V.

42

José da Silva, devedor de imposto sobre a renda de pessoa física, deseja pagar seu débito tributário mediante a transferência para a União de um imóvel de sua propriedade.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- (A) O tributo constitui uma prestação pecuniária compulsória, não sendo possível realizar seu pagamento por forma diversa de dinheiro.
- (B) O pagamento de tributo em bens imóveis somente é admitido para adimplemento de tributos municipais, e não federais.
- (C) O pagamento de tributo em bens imóveis somente é admitido para adimplemento de tributos estaduais, e não federais.
- (D) A transferência de imóvel como meio de pagamento de tributo federal é possível, desde que obedeça a forma e as condições estabelecidas em lei.
- (E) O débito tributário decorrente de inadimplemento de imposto sobre a renda de pessoa física possui expressa vedação legal para pagamento mediante dação de bens imóveis.

Contabilidade Geral e Pública

43

Em 02/01/2017, uma entidade adquiriu dois terrenos, um por R\$100.000 e outro por R\$120.000. Os terrenos foram contabilizados como Propriedade para Investimento, uma vez que foram inicialmente mantidos para valorização do capital, e mensurados pelo valor justo, que era respectivamente de R\$160.000 e de R\$200.000.

Em 31/12/2017, o valor justo de cada terreno era de R\$180.000 e R\$210.000.

Com o intuito de utilizar o primeiro terreno em seus negócios e de colocar o segundo a venda, a entidade passou a contabilizá-los como propriedade ocupada pelo proprietário e como estoque.

Assinale a opção que indica o valor de cada terreno no ativo da entidade, em 31/12/2017, após a transferência.

- (A) R\$100.000 e R\$120.000.
- (B) R\$160.000 e R\$200.000.
- (C) R\$180.000 e R\$210.000.
- (D) R\$100.000 e R\$210.000.
- (E) R\$180.000 e R\$120.000.

44

As reservas de capital são constituídas de valores recebidos por uma companhia e que não transitam pelo resultado como receitas.

As reservas de capital podem ter as utilizações a seguir, à exceção de uma. Assinale- a.

- (A) Incorporação ao capital.
- (B) Resgate de partes beneficiárias.
- (C) Resgate, reembolso ou compra de ações.
- (D) Absorção de prejuízo, quando esses forem inferiores a reservas de lucros.
- (E) Pagamento de dividendo cumulativo a ações preferenciais, com prioridade no seu recebimento, quando a vantagem for assegurada no estatuto social.

45

Em 02/01/2017, uma entidade foi acionada na justiça por um antigo funcionário, que cobrava R\$ 20.000 por danos morais. A entidade considerou como provável a perda da causa e reconheceu os R\$ 20.000 em seu passivo, com base no valor presente da obrigação.

Em 31/12/2017, a entidade ajustou a provisão a valor presente, utilizando a taxa de 10%.

Assinale a opção que indica o correto reconhecimento do ajuste a valor presente da provisão.

- (A) D - despesa operacional
C – provisão 2.000
- (B) D - despesa financeira
C – provisão 2.000
- (C) D - outras despesas operacionais
C - provisão 2.000
- (D) D - provisão
C - ajuste de avaliação patrimonial 2.000
- (E) D - provisão
C - ajuste a valor presente 2.000

46

Em 31/12/2016, uma fábrica apresentava uma máquina em seu balanço patrimonial, que era utilizada para a produção de mercadorias para venda. A máquina era depreciada pelo método da linha reta e apresentada do seguinte modo:

	31/12/2016
Ativo Imobilizado	
Máquina	100.000
depreciação acumulada -	10.000

Em 2017, os contadores da fábrica julgaram que a depreciação da máquina se aproximaria mais da realidade se feita pelo método dos benefícios gerados.

Portanto, no balanço patrimonial da fábrica, de 31/12/2017, foi apresentado o valor da depreciação pelo método dos benefícios gerados em 31/12/2017 e em 31/12/2016, do seguinte modo:

	31/12/2017	31/12/2016
Ativo Imobilizado		
Máquina	100.000	100.000
depreciação acumulada -	20.000	8.000

Assinale a opção que indica a correta contabilização da diferença entre a depreciação acumulada apresentada em 31/12/2016 (10.000) e em 31/12/2017 (8.000), referente ao ano de 2016.

- (A) Receita na Demonstração do Resultado do Exercício.
- (B) Despesa na Demonstração do Resultado do Exercício.
- (C) Reversão na Demonstração do Resultado do Exercício.
- (D) Ajuste de mudança de política contábil na Demonstração dos Resultados Abrangentes.
- (E) Ajuste em Lucros ou Prejuízos Acumulados na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

47

Uma empresa tinha 20.000 empregados. Em 02/01/2017, a empresa vendeu o direito sobre a sua folha de pagamento para um banco por cinco anos, por R\$ 500.000, que foram recebidos na data. No contrato, está previsto que parte do valor poderá ser devolvida se o número de funcionários diminuir drasticamente.

Assinale a opção que indica a correta contabilização da transação nas demonstrações contábeis da empresa.

- (A) D - Caixa 500.000
C - Receita a apropriar
- (B) D - Caixa 500.000
C - Receita
- (C) D - Ativo Intangível 500.000
C - Receita
- (D) D - Ativo Intangível 500.000
C - Receita recebida antecipadamente
- (E) D - Caixa 500.000
C - Outras receitas operacionais

48

Em 31/12/2017, uma empresa apresentava o seguinte balanço patrimonial:

Ativo	570.000	Passivo	180.000
Ativo Circulante	325.000	Passivo Circulante	70.000
Caixa	200.000	Salários a pagar	20.000
Estoques	125.000	Empréstimos	50.000
Ativo não Circulante		Passivo não Circulante	110.000
Ativo Imobilizado	245.000	Fornecedores	30.000
Veículos	45.000	Empréstimos	80.000
Máquinas	200.000	Patrimônio Líquido	390.000
Ativo Total	570.000	Passivo + PL	570.000

Sobre os índices de endividamento da empresa, assinale a afirmativa correta.

- (A) O endividamento geral é de 0,46.
- (B) A composição do endividamento é de 0,12.
- (C) O endividamento oneroso é de 0,23.
- (D) A composição do endividamento oneroso é de 0,71.
- (E) A imobilização do patrimônio líquido é de 0,43.

49

Uma entidade deseja saber sua lucratividade líquida em cada unidade de mercadoria vendida.

A entidade, para obter essa informação, deve calcular o seguinte índice:

- (A) Margem Bruta.
- (B) Margem Líquida.
- (C) Margem Operacional Líquida.
- (D) Margem Genuinamente Operacional.
- (E) Lucro Líquido sobre o Ativo.

50

Uma entidade apresentava, em 30/11/2017, índice de liquidez seca de 0,60. Em 31/12/2017, o índice era de 0,40.

Assinale a opção que pode justificar a diminuição no índice de liquidez seca.

- (A) Venda de ativo imobilizado à vista com prejuízo.
- (B) Integralização de capital social em dinheiro.
- (C) Venda de estoque para recebimento em dois anos.
- (D) Reconhecimento da perda de recuperabilidade do ativo imobilizado.
- (E) Compra de estoque para pagamento em 60 dias.

51

A NBC T 16.6 (R1) – Demonstrações contábeis, estabelece as demonstrações contábeis a serem elaboradas e divulgadas pelas entidades do setor público.

A demonstração que *evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte*, é denominada

- (A) Balanço Orçamentário.
- (B) Balanço Patrimonial.
- (C) Balanço Financeiro.
- (D) Demonstração das Variações Patrimoniais.
- (E) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

52

De acordo com a Lei da Responsabilidade Fiscal, para obtenção da receita corrente líquida deve-se deduzir alguns valores do somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes.

Entre os valores a serem deduzidos não estão

- (A) os valores transferidos a entidades filantrópicas, nos Municípios.
- (B) as parcelas entregues aos municípios por determinação constitucional, nos Estados.
- (C) os valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação legal, na União.
- (D) os valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional, na União.
- (E) a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social, na União, nos Estados e nos Municípios.

Auditoria

53

Assinale a opção que indica o objetivo da auditoria de acordo com a NBC TA 200 - Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria.

- (A) Detectar fraudes.
- (B) Prevenir fraudes.
- (C) Corrigir erros.
- (D) Aumentar a qualidade das demonstrações contábeis.
- (E) Aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários.

54

Ao definir e executar os procedimentos de auditoria, um auditor identificou, na entidade auditada, litígios que poderiam gerar um risco de distorção relevante.

O auditor deseja contato com os consultores jurídicos externos à entidade, de modo a se comunicar diretamente com eles.

O auditor deve fazer esse contato com os consultores jurídicos externos por meio de

- (A) entrevista por telefone.
- (B) entrevista pessoal.
- (C) circularização elaborada e enviada pelo auditor.
- (D) circularização elaborada pela administração e enviada pelo auditor.
- (E) visita técnica.

55

Assinale a opção que indica o instrumento a ser adotado, quando se está avaliando a eficácia dos resultados de uma entidade em relação aos recursos materiais, humanos e tecnológicos disponíveis, assim como a economia e a eficiência dos controles internos existentes para a gestão dos recursos públicos.

- (A) Auditoria de conformidade.
- (B) Auditoria operacional.
- (C) Auditoria de demonstrações contábeis.
- (D) Auditoria de sistemas contábeis.
- (E) Auditoria de obras públicas.

56

Assinale a opção que indica o critério que deve ser adotado na decisão quanto ao uso de abordagem de amostragem estatística ou não estatística no processo de auditoria de uma entidade.

- (A) O julgamento do auditor.
- (B) A experiência do auditor.
- (C) O tamanho da amostra.
- (D) A representatividade da amostra.
- (E) O nível de risco de amostragem que a empresa auditada oferece.

57

A Cia. Vermelha é controladora da Cia. Preta. A Cia. Vermelha é auditada pela Cia. V e a Cia. Preta é auditada pela Cia. P.

Acerca do relatório do auditor em relação ao fato, assinale a afirmativa correta.

- (A) O relatório da Cia. Vermelha deve trazer uma ressalva.
- (B) O relatório da Cia. Preta deve trazer uma ressalva.
- (C) O relatório da Cia. Vermelha deve conter um parágrafo de ênfase.
- (D) O relatório da Cia. Preta deve conter um parágrafo de ênfase.
- (E) O auditor da Cia. Vermelha deve abster-se de dar uma opinião, a menos que a controlada e a controladora sejam auditadas pela mesma empresa de auditoria.

58

Assinale a opção que indica uma circunstância em que o auditor pode considerar necessário incluir uma ressalva em seu relatório.

- (A) Existência de incerteza relativa ao desfecho futuro de ação regulatória.
- (B) Catástrofe que tenha tido efeito significativo sobre a posição patrimonial e financeira da entidade.
- (C) Constituição da conta “perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa” com saldo julgado insuficiente.
- (D) Evento subsequente significativo ocorrido entre a data das demonstrações contábeis e a data do relatório do auditor.
- (E) Aplicação antecipada (quando permitida) de nova norma contábil com efeito relevante sobre as demonstrações contábeis.

Matemática Financeira e Estatística

59

Uma empresa solicitou um financiamento de R\$ 50.000,00 a ser pago em um ano. O banco credor cobra uma taxa de juros compostos de 20% a.a. com capitalizações semestrais. No ato da liberação do dinheiro, a empresa pagou 2% sobre o total (principal mais juros) a título de impostos. Dessa forma, o valor liberado pelo banco foi menor do que o solicitado.

O custo real efetivo dessa transação foi de

- (A) 22,0% a.a.
- (B) 23,0% a.a.
- (C) 23,5% a.a.
- (D) 24,0% a.a.
- (E) 24,5% a.a.

60

Um imóvel custa, à vista, R\$ 262.000,00, mas pode ser financiado em 30 meses, de acordo com o seguinte fluxo de pagamentos:

Entrada	pagamento único, feito no ato da aquisição do imóvel, no valor de R\$ 80.000,00;
25 prestações	mensais, iguais, no valor de R\$ 1.800,00, sendo a primeira delas paga 6 meses após a aquisição do imóvel;
Final	pagamento único feito no encerramento do financiamento, juntamente com a última prestação

Dados: $1,02^{12} = 1,26$

$1,02^{25} = 1,64$

$1,02^{30} = 1,80$

Se a taxa composta de juros utilizada durante todo o fluxo é de 2% a.m., então o valor do pagamento Final é

- (A) R\$ 270.000,00
- (B) R\$ 260.000,00
- (C) R\$ 200.000,00
- (D) R\$ 170.000,00
- (E) R\$ 160.000,00

61

Um empréstimo habitacional no valor de R\$ 60.000,00 será contratado para ser quitado em 50 prestações mensais e consecutivas, vencendo a primeira delas um mês após a data da contratação do empréstimo. O sistema utilizado para a quitação desse empréstimo será o de amortizações constantes à taxa de juros efetiva de 2,5% ao mês.

O valor da 20ª prestação será de

- (A) R\$ 2.100,00.
- (B) R\$ 2.130,00.
- (C) R\$ 2.150,00.
- (D) R\$ 2.160,00.
- (E) R\$ 2.200,00.

62

Uma letra de câmbio (LC) foi resgatada 2 meses antes do vencimento pelas regras do desconto comercial composto. A taxa de desconto utilizada na transação foi de 6% ao mês.

Dados: $1,06^2 = 1,1236$
 $0,94^2 = 0,8836$

Se o valor descontado foi de R\$ 17.672,00, então o valor de face da LC era:

- (A) R\$ 200.000,00
- (B) R\$ 157.300,00
- (C) R\$ 20.000,00
- (D) R\$ 18.836,00
- (E) R\$ 15.730,00

63

Existem diversos critérios para avaliar se uma alternativa de investimento é economicamente viável ou não. Um desses critérios é o método do VPL (Valor Presente Líquido). Nesse método, calcula-se o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para esse projeto. Se o projeto completar seu prazo e as projeções dos fluxos de caixa estiverem corretas, o projeto será considerado economicamente viável se o VPL for positivo.

O quadro a seguir apresenta as projeções para os fluxos de caixa líquidos de um projeto de investimento.

Ano	0	1	2
Fluxos em Reais	(27.000)	7.200	31.680

Considere que essas projeções são válidas e que o custo do capital ao ano é de 20%.

Nessas condições, o projeto é economicamente

- (A) inviável porque o VPL é igual a - 2.000 reais.
- (B) inviável porque o VPL é igual a - 1.000 reais.
- (C) inviável porque o VPL é igual a - 500 reais.
- (D) viável porque o VPL é igual a 500 reais.
- (E) viável porque o VPL é igual a 1.000 reais.

64

A tabela a seguir mostra o número de gols sofridos por um time de futebol nas dez primeiras partidas de um campeonato:

Jogo	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Gols sofridos	0	1	2	0	1	2	1	0	3	2

A média e a mediana do número de gols sofridos nesses jogos são respectivamente

- (A) 1,2 e 1,0.
- (B) 1,2 e 1,5.
- (C) 1,1 e 1,0.
- (D) 1,0 e 1,0.
- (E) 1,0 e 1,5.

65

Dois eventos A e B ocorrem, respectivamente, com 40% e 30% de probabilidade. A probabilidade de que A ocorra ou B ocorra é 50%. Assim, a probabilidade de que A e B ocorram é igual a

- (A) 10%.
- (B) 20%.
- (C) 30%.
- (D) 40%.
- (E) 50%.

66

Numa população muito grande, 50% das pessoas são do sexo feminino. Se 5 pessoas dessa população forem aleatoriamente escolhidas, a probabilidade de que pelo menos 4 delas sejam do sexo feminino é igual a

- (A) 10,25%.
- (B) 12,50%.
- (C) 15,80%.
- (D) 18,75%.
- (E) 32,40%.

Economia

67

Considere o mercado de um produto vendido por uma empresa monopolista. Assinale a opção que apresenta a propriedade que esse mercado não apresentará.

- (A) A empresa sempre opera na parte elástica da curva de demanda.
- (B) O *markup* da empresa é maior do que um.
- (C) Se a elasticidade preço da demanda é constante, então o *markup* é constante.
- (D) O nível de produção que maximiza o lucro é aquele no qual o custo marginal iguala a demanda.
- (E) O nível produzido pela empresa é menor do que no caso de concorrência perfeita.

68

Considere o mercado de venda de imóveis, no qual a oferta é fixa no curto prazo e a demanda é negativamente inclinada.

Assinale a opção que apresenta a estática comparativa que melhor se aplica a essa situação.

- (A) Um aumento no preço sem alteração na demanda eleva a quantidade de imóveis disponíveis para venda.
- (B) A elasticidade preço da oferta varia com o equilíbrio de mercado.
- (C) Se as curvas de oferta e demanda se deslocarem no mesmo sentido e em magnitudes iguais, o preço de equilíbrio não se altera.
- (D) A elasticidade preço da demanda depende da elasticidade preço da oferta.
- (E) Se o preço de equilíbrio é p, então o excesso de oferta e demanda serão iguais se o preço praticado for p+1 e p-1, respectivamente.

69

Considere as seguintes nomenclaturas:

PIB = Produto Interno Bruto; PIL = Produto Interno Líquido; PNB = Produto Nacional Bruto; PNL = Produto Nacional Líquido; RLEE = Renda Líquida Enviada ao Exterior; Dep = Depreciação; II = Impostos Indiretos; ID = Impostos Diretos; Sub = Subsídios; pm = a preços de mercado; cf = a custo de fatores

Assinale a opção que apresenta a relação correta.

- (A) $PNL_{pm} = PNB_{pm} - RLEE - Dep.$
- (B) $PIB_{pm} = PIB_{cf} - II + Sub.$
- (C) $PIL_{cf} = PIB_{cf} + Dep.$
- (D) $PIB_{pm} - PIB_{cf} = ID.$
- (E) $PIB_{pm} = PNB_{cf} + RLEE.$

70

Avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A base monetária se expande quando o Banco Central compra títulos públicos.
- () A base monetária se contrai quando o Banco Central recebe o pagamento de empréstimos, que foram previamente concedidos ao Tesouro Nacional.
- () A obtenção de um superávit fiscal reduz a base monetária e os meios de pagamento.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – F – V.
- (C) V – F – F.
- (D) F – V – V.
- (E) F – F – V.

71

Sobre os objetivos da função estabilizadora do governo, assinale a afirmativa correta.

- (A) Deve realizar parcerias com o setor privado para fornecer bens públicos.
- (B) Busca reformular os tributos com o fim de melhorar a distribuição de renda.
- (C) Deve utilizar a política monetária para manter a taxa inflacionária em níveis reduzidos.
- (D) Busca definir a contribuição de cada consumidor para financiar algum bem público.
- (E) Pretende melhorar as condições de moradia da população de baixa renda.

72

Um sistema regulador passa a ser relevante quando da prestação de serviços de utilidade pública pelo setor privado.

Nesse sentido, o poder regulador tem como característica

- (A) o fato de ser o titular da obrigação da prestação do serviço.
- (B) ser o responsável por planejar e decidir sobre a política de oferta do serviço.
- (C) decidir o sistema de concessões dos serviços a terceiros.
- (D) definir se o serviço será prestado por um único fornecedor.
- (E) zelar pelas regras estabelecidas para a prestação do serviço.

Administração Financeira e Orçamentária

73

Câmara Municipal pretende realizar concurso público para preenchimento de vagas em seu quadro de pessoal. O Presidente da Câmara vem consulta-lo para saber se é possível que os recursos provenientes do pagamento da taxa de inscrição no certame sejam diretamente depositados na conta da empresa contratada, mediante licitação, para a realização do certame. Neste caso sua resposta é:

- (A) A resposta é afirmativa, já que a taxa é paga por particulares e não representa recurso público;
- (B) A resposta é negativa, por que a taxa de inscrição é receita pública e deve ser depositada em conta única do Tesouro;
- (C) A resposta é positiva, uma vez que se trata de tarifa e não taxa, podendo ser direcionada à entidade particular;
- (D) A resposta é negativa, por que o montante arrecadado com a taxa de inscrição poderá ultrapassar as despesas do certame;
- (E) A resposta pode ser positiva, se a empresa abrir conta exclusiva para o depósito das taxas de inscrição;

74

O prefeito do Município Alpha temeroso em não descumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal vem consultá-lo se deve considerar o auxílio alimentação que paga, em espécie, aos funcionários da Prefeitura como estando inserido na rubrica Gastos com Pessoal. Nessa hipótese, assinale a opção que apresenta a resposta à consulta feita.

- (A) Será negativa, já que esta remuneração não tem caráter obrigatório.
- (B) Será positiva, por ingressar no conceito de somatório de gastos com pessoal.
- (C) Será negativa, uma vez que o auxílio alimentação tem natureza indenizatória.
- (D) Será negativa, posto só integram os gastos com pessoal os valores pagos a título de salário.
- (E) Será positiva, por possui caráter compulsório para a Administração Pública Municipal.

75

Assinale a opção que indica a denominação que recebem as dotações para manutenção de serviços criados anteriormente, inclusive as destinadas a atender obras de conservação e adaptação de bens imóveis.

- (A) Operações de crédito.
- (B) Investimentos.
- (C) Inversões Financeiras.
- (D) Despesas de capital.
- (E) Despesas de custeio.

76

Trata-se de princípio da Lei de Responsabilidade Fiscal o qual tem gênese contábil, eis que, entre ativos e passivos, o administrador deve, em eventual escolha para seus valores, optar pelos menores para os ativos e maiores para os passivos.

A assertiva diz respeito ao princípio

- (A) da transparência.
- (B) da prudência.
- (C) da eficiência.
- (D) da legalidade.
- (E) da moralidade.

77

Analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A lei de diretrizes orçamentárias regula a política de aplicações das agência de Fomento.
- () A lei orçamentária anual disporá sobre a forma de utilização e montante de reservas de contingência.
- () O plano plurianual veiculado por lei federal, de caráter nacional, regula as despesas públicas de capital;

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – F – F.
- (B) F – V – F.
- (C) V – V – F.
- (D) F – F – V.
- (E) F – V – V.

78

Assinale a opção que apresenta duas afirmativas verdadeiras e complementares.

- (A) É vedada a operação de refinanciamento de dívida entre entes da Federação. / A vedação não atinge empréstimos entre empresas públicas de Estados distintos.
- (B) É permitido aos Municípios realizar operações de crédito com bancos estatais. / Estas operações não podem ser contratadas para financiar despesas correntes, ou outros empréstimos com outros bancos.
- (C) Um fundo de recursos públicos estaduais pode realizar operação de crédito com autarquia de outro estado. / Tal operação terá como único óbice a vedação de financiar despesas correntes.
- (D) É possível a Município obter empréstimo com Estado através da antecipação de receita de tributo de sua competência independente da ocorrência do fato gerador. / Torna-se indispensável que a arrecadação do tributo em questão esteja previsto na Lei Orçamentária Anual Municipal.
- (E) É vedado o recebimento de lucros e dividendos de empresa pública na qual o Estado Membro detenha a maioria do capital social. / Esta proibição não se aplica se houver autorização orçamentária concedida por lei.

79

Considerando o processo de execução das despesas orçamentárias, assinale a opção que apresenta a sequência correta.

- (A) Ordem de empenho / Fixação da Despesa na LOA / Liquidação / Ordem de Pagamento.
- (B) Dotação Orçamentária / Liquidação / Ordem de empenho / Pagamento.
- (C) Verificação da execução do serviço ou entrega do bem / Emissão de Nota de Empenho / Ordem de Pagamento.
- (D) Fixação da despesa na LOA / Empenho / Liquidação; Ordem de Pagamento / Pagamento.
- (E) Apuração sobre a obrigação de pagamento / Liquidação / Emissão de Nota de Empenho / Ordem de Pagamento / Pagamento.

80

Um órgão público da Administração Direta implementa um programa de aposentadoria incentivada. O dirigente do órgão quer saber se a despesa concernente ao incentivo a ser pago ao servidor que aderir ao programa, deve ser incluída no câmputo dos gastos com pessoal.

Sobre a dúvida do dirigente, assinale a opção que apresenta a resposta correta.

- (A) Toda despesa que é paga ao servidor público da administração direta ingressa na rubrica de Gastos com Pessoal.
- (B) Haverá necessidade de inserir tal despesa na rubrica de Gastos com Pessoal, se se tratar de servidor estável.
- (C) Não haverá necessidade de inserir a despesa com o incentivo em Gastos com Pessoal, já que haverá redução do quadro de pessoal.
- (D) Existirá obrigatoriedade de inserir a despesa com o incentivo em Gastos com Pessoal, por ser um ônus financeiro para o órgão que fará o pagamento.
- (E) Não haverá necessidade de inserir a despesa com o incentivo em Gastos com Pessoal, uma vez que esta tem caráter indenizatório.

Questões Discursivas

1

A Cia. X deseja obter um empréstimo bancário de curto prazo. Para isso, apresenta a um banco o seu balanço patrimonial de 31/12/2017:

Ativo		Passivo	
Ativo Circulante	97.000	Passivo Circulante	135.000
Caixa	40.000	Salários a pagar	15.000
Estoque	50.000	Fornecedores	50.000
Perdas estimadas	- 5.000	Empréstimos	70.000
Aluguel antecipado	12.000		
Ativo não Circulante		Passivo não Circulante	60.000
Ativo Realizável a LP	48.000	Empréstimos	60.000
Aluguel antecipado	48.000		
Ativo Imobilizado	106.000	Patrimônio Líquido	56.000
Imóveis	100.000	Capital Social	80.000
Depreciação acumulada	- 20.000	Reserva de Lucros	- 24.000
Veículos	50.000		
Depreciação acumulada	- 24.000		
Total do Ativo	251.000	Passivo + PL	251.000

Os analistas do banco desejam determinar e analisar os índices de liquidez da Cia. X, a fim de decidir se o empréstimo deve ser concedido.

Sobre o caso apresentado, responda aos itens a seguir.

- Indique por que os índices de liquidez devem ser calculados para a concessão desse empréstimo.**
- Determine o índice de liquidez corrente, seca, imediata e geral da Cia. X, em 31/12/2017, e analise o que o resultado representa.**
- Elabore uma recomendação em relação à concessão do empréstimo, considerando as vantagens, as limitações e os fatores que podem ser considerados importantes para uma análise desse tipo.**

2

Em determinado Município, a equipe de auditoria constatou a existência de despesas sem dotação orçamentária no importe de R\$ 15.000,00 no programa de erradicação do analfabetismo e de R\$ 150.000,00, no programa de revitalização do ensino fundamental. O Prefeito e o Secretário de Educação se defendem afirmando que deram cumprimento ao disposto no Art. 212 da Constituição Federal, que determina o emprego mínimo de 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Em relação à situação descrita, responda aos itens a seguir.

- Na contabilidade pública, o regime de competência das despesas, previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, admite eventuais gastos acima dos créditos concedidos? Fundamente sua resposta.**
- Indique o instrumento legal previsto para evitar que a fixação de despesa fique sem dotação. Quem pode dele fazer uso?**
- A Lei Orçamentária Anual autoriza o poder executivo a abrir créditos? De quem é a iniciativa da lei que trate de orçamento? Fundamente sua resposta.**
- Considerando a boa-fé presumida do Prefeito e do Secretário e a aplicação dos valores conforme o Art. 212 da CF, avalie se o agir do alcaide e de seu secretário pode ser considerado válido e eficaz. Fundamente sua resposta.**

Realização

